



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
FUNDO MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESPIRITO SANTO
10.427.499/0001-71
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2016

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	40.480.930,00	40.480.930,00	2.178.476,96	(38.302.453,04)
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.260.000,00	1.260.000,00		(1.260.000,00)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL	269.970,00	269.970,00	398.222,76	128.252,76
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.923.735,00	38.923.735,00	1.778.799,11	(37.144.935,89)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.225,00	27.225,00	1.455,09	(25.769,91)
RECEITAS DE CAPITAL (II)			6.000,00	6.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			6.000,00	6.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	40.480.930,00	40.480.930,00	2.184.476,96	(38.296.453,04)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	40.480.930,00	40.480.930,00	2.184.476,96	(38.296.453,04)
DÉFICIT (VII)	1.000.000,00	12.575.000,00	50.030.579,92	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	41.480.930,00	53.055.930,00	52.215.056,88	(38.296.453,04)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	34.602.930,00	52.577.492,55	51.787.078,69	45.314.788,12	44.955.763,13	790.413,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.638.297,00	20.024.781,29	19.992.014,61	19.992.014,61	19.991.825,51	32.766,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.964.633,00	32.552.711,26	31.795.064,08	25.322.773,51	24.963.937,62	757.647,18
DESPESAS DE CAPITAL (X)	6.878.000,00	478.437,45	427.978,19	419.734,39	419.734,39	50.459,26
INVESTIMENTOS	6.878.000,00	478.437,45	427.978,19	419.734,39	419.734,39	50.459,26
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	41.480.930,00	53.055.930,00	52.215.056,88	45.734.522,51	45.375.497,52	840.873,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	41.480.930,00	53.055.930,00	52.215.056,88	45.734.522,51	45.375.497,52	840.873,12
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	41.480.930,00	53.055.930,00	52.215.056,88	45.734.522,51	45.375.497,52	840.873,12

NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL:

O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy, foi criado através da Lei nº 723 de 21 de maio de 2007, inscrito no CNPJ sob nº 10.427.499/0001-71, situada a Rua Projetada, s/n - Centro - Presidente Kennedy-ES, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento da saúde da população, executadas através da Secretaria Municipal de Saúde, e seu orçamento está integrado ao orçamento do município de Presidente Kennedy-ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis:

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/ES.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas, expedido pelo TCEES-Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Ativo Imobilizado está avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, conforme registros na contabilidade, e ainda não foram reavaliados e nem depreciados.

NOTA 4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO):

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

Quadro Principal:

- São apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.
- Foram abertos créditos suplementares por anulação de outra UG no valor de R\$ 11.575.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais);
- Houve um déficit na Previsão Inicial da Receita, quando da elaboração do orçamento, a receita ficou menor que a despesa no valor de 1.000.000,00 (um milhão de reais);

Anexo I - Restos a Pagar Não Processados:

Na coluna de cancelados, evidenciamos o valor de R\$ 24.864,12 referente processo: 782/2010, Nota de Empenho: 857/2013 em favor da Construtora Zanetti-ME que foi cancelado em 2016, tendo em vista, NÃO REALIZAÇÃO DA DESPESA e em conformidade com o Art. 9º § 1º do Decreto Municipal nº 066 de 08/11/2016.

Anexo II - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Liquidados:

O valor de R\$ 174.508,43 refere-se a Restos a Pagar Processados anteriores a 2015 e o valor de R\$ 3.087.448,42 refere-se aos Restos a Pagar Processados do exercício de 2015, Foram pagos no exercício de 2016 o valor de R\$ 2.092.203,12 e cancelados o valor de R\$ 1.169.753,73, conforme detalhamento abaixo:

Do total de RPP cancelados acima, R\$ 1.168.677,68 refere-se a encargos patronais e de servidores em favor do INSS, que em conformidade com o Art. 8º, § 1º, inciso I da Lei 12.858/2013 que prevê que pagamento de dívidas com a união e suas entidades poderá ser feita com recursos dos royalties. O Fundo Municipal de Saúde não dispunha de recursos próprios para o pagamento dessas despesas que foram liquidadas na fonte de recursos próprios no exercício de 2015;

Os valores de R\$ 574,13 e R\$ 96,00 refere-se aos processos: 23107 e 1415/2015, ambos tratam de adiantamento de despesas, que foram empenhados, liquidados no exercício de 2015 e pagos no exercício de 2016, os valores não realizados foram devolvidos aos cofres públicos.

Os valores de R\$ 45,04 e R\$ 140,08 processo: 23126/2015 foram anulados, porque por um equívoco, não foi deduzido o valor do INSS servidor nas liquidações 1335 e 1333/2015;

O valor de R\$ 220,80 refere-se a a abono de incentivo aos Agentes Comunitarios da Saúde que não foi pago, e o processo de nº 19263/2014 não foi localizado.

VALDINEI COSTALONGA
Secretario Municipal

JACQUELINE GALACIO CECON
Contadora